



**Fundação Educacional do Município de Assis  
Instituto Municipal de Ensino Superior de Assis  
Campus "José Santilli Sobrinho"**

**MARIA EDUARDA GOES SOARES**

**DESMAME PRECOCE: IMPACTO DO REGRESSO AO TRABALHO SOB A ÓTICA  
DA VULNERABILIDADE SOCIAL**

**Assis/SP  
2024**



Fundação Educacional do Município de Assis  
Instituto Municipal de Ensino Superior de Assis  
Campus "José Santilli Sobrinho"

**MARIA EDUARDA GOES SOARES**

**DESMAME PRECOCE: IMPACTO DO REGRESSO MATERNO AO TRABALHO SOB  
A ÓTICA DA VULNERABILIDADE SOCIAL**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao curso de Enfermagem do Instituto Municipal de Ensino Superior de Assis – IMESA e a Fundação Educacional do Município de Assis – FEMA, como requisito parcial à obtenção do Certificado de Conclusão.

**Orientando(a): Maria Eduarda Goes Soares**  
**Orientador(a): Dra. Adriana Avanzi M. Pinto**  
**Coorientadora: Ms. Fernanda Cenci Queiroz**

**Assis/SP**  
**2024**

Soares, Maria Eduarda Goes

S676d Desmame precoce: impacto do regresso ao trabalho sob a ótica da vulnerabilidade social / Maria Eduarda Goes Soares. -- Assis, 2024.

32p.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Enfermagem) --  
Fundação Educacional do Município de Assis (FEMA), Instituto  
Municipal de Ensino Superior de Assis (IMESA), 2024.

Orientadora: Profa. Dra. Adriana Avanzi Marques Pinto.

Coorientadora: Ms. Fernanda Cenci Queiroz

1. Aleitamento materno exclusivo. 2. Saúde materno-infantil. 3.  
Determinantes sociais de saúde. I Pinto, Adriana Avanzi Marques.  
II Título.

# DESMAME PRECOCE: IMPACTO DO REGRESSO AO TRABALHO SOB A ÓTICA DA VULNERABILIDADE SOCIAL

MARIA EDUARDA GOES SOARES

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Instituto Municipal de Ensino Superior de Assis, como requisito do Curso de Graduação, avaliado pela seguinte comissão examinadora:

**Orientador:**

---

Dra. Adriana Avanzi M. Pinto

**Examinado:**

---

Dra. Talita Domingues Caldeirão

Assis/SP  
2024

## DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho, primeiramente, aos meus pais, que sempre acreditaram em mim e me ofereceram todo o suporte necessário ao longo desta jornada. Agradeço pelo amor incondicional, pela paciência e pelos valores que me transmitiram e me fizeram ser a pessoa que sou.

## **AGRADECIMENTOS**

Aos meus pais, expresso minha mais profunda gratidão por todo o amor e apoio incondicional que sempre me proporcionaram. Vocês estiveram ao meu lado em cada desafio e celebração, oferecendo não apenas orientação e sabedoria, mas também um exemplo constante de força e dedicação. Seus sacrifícios e esforços têm moldado a pessoa que sou hoje, e não há palavras suficientes para agradecer por todo o carinho e suporte que me deram ao longo dos anos. Sou eternamente grato por terem me proporcionado um lar cheio de amor e por terem me ensinado a importância da família, da perseverança e da compaixão.

Ao meu namorado, que esteve ao meu lado em todos os momentos, compartilhando comigo as alegrias e desafios deste percurso. Sua companhia e apoio constante foram fundamentais para que eu chegasse até aqui.

Ao meu filho, que é a maior motivação da minha vida. Este trabalho é para você, com a esperança de que um dia você veja o quanto a dedicação e o esforço são importantes para alcançar nossos sonhos.

Aos meus amigos, que tornaram esta caminhada mais leve e divertida. Obrigada por cada palavra de encorajamento e por acreditarem em mim, mesmo quando eu duvidei. Este trabalho é uma pequena parte de tudo o que conquistamos juntos.

Aos meus orientadores e professores, sou grato pelos ensinamentos, pela paciência e pelo suporte ao longo deste percurso. Cada conselho e orientação foi fundamental para a conclusão deste trabalho.

Por fim, agradeço a todos que, de alguma forma, contribuíram para que eu chegasse até aqui. Este trabalho é o resultado de um esforço coletivo, e sou imensamente grato por cada pessoa que fez parte dessa trajetória.

"A maior glória não está em nunca cair, mas em levantar-se a cada queda."

- Confúcio

## RESUMO

**Introdução:** a educação é amplamente reconhecida como um dos pilares fundamentais da saúde infantil, trazendo benefícios imediatos e de longo prazo para crianças e mães. Apesar dos esforços globais para promover a amamentação, o regresso ao trabalho continua a ser uma barreira significativa à sustentação da prática, especialmente entre os grupos socialmente desfavorecidos, com desafios agravados pela falta de recursos e apoio adequados. **Objetivo:** este estudo buscou compreender o impacto do retorno das mães ao trabalho antes dos 6 meses de vida de seus filhos, na perspectiva da vulnerabilidade social. **Método:** foi realizada uma revisão narrativa da literatura no portal da Biblioteca Virtual em Saúde. **Resultados:** as pesquisas analisadas mostraram que, embora a amamentação tenha benefícios conhecidos, a prática muitas vezes fica aquém das recomendações globais, afetando tanto os países desenvolvidos como os países subdesenvolvidos. **Conclusão:** assim, mesmo com políticas de licença de maternidade remunerada e pausas para amamentar, muitas mães ainda enfrentam desafios significativos que são exacerbados no contexto da vulnerabilidade social, como os baixos rendimentos e o acesso limitado aos cuidados de saúde.

**Palavras-chave:** Amamentação Exclusiva; Desmame Precoce; Intervenções De Saúde Materno-Infantil; Políticas De Licença Maternidade; Volta Ao Trabalho Materno

## ABSTRACT

**Introduction:** education is widely recognized as one of the fundamental pillars of child health, bringing immediate and long-term benefits to both children and mothers. Despite global efforts to promote breastfeeding, returning to work remains a significant barrier to sustaining the practice, especially among socially disadvantaged groups, where challenges are exacerbated by a lack of adequate resources and support. **Objective:** this study aimed to understand the impact of mothers returning to work before their children reach 6 months of age, from the perspective of social vulnerability. **Method:** a narrative literature review was conducted using the Virtual Health Library portal. **Results:** the analyzed studies revealed that, although the benefits of breastfeeding are well known, the practice often falls short of global recommendations, affecting both developed and developing countries. **Conclusion:** thus, even with policies for paid maternity leave and breastfeeding breaks, many mothers still face significant challenges that are intensified in the context of social vulnerability, such as low income and limited access to healthcare.

**Keywords:** Early Weaning; Exclusive Breastfeeding; Maternal and Child Health Interventions; Maternity Leave Policies; Return to Maternal Work.

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

<b>AM</b>	Aleitamento Materno
<b>AME</b>	Aleitamento Materno Exclusivo
<b>BDENF-Enfermagem</b>	Base de Dados Bibliográficas Especializada na Área de Enfermagem
<b>BVS</b>	Biblioteca Virtual de Saúde
<b>LILACS</b>	Literatura Latino-Americana e do Caribe em Ciências da Saúde
<b>LM</b>	Licença-Maternidade
<b>MEDLINE</b>	<i>Medical Literature Analysis and Retrieval System Online</i>
<b>MTA</b>	Mulheres trabalhadoras que amamentam
<b>OCDE</b>	Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico
<b>OMS</b>	Organização Mundial de Saúde
<b>PEC</b>	Programa Empresa Cidadã
<b>PUBMED</b> em Biomedicina	Base de Dados de Citações e Resumos de Artigos Científicos
<b>SCIELO</b>	<i>Scientific Electronic Library Online</i>
<b>UNICEF</b>	Fundo das Nações Unidas para a Infância

## SUMÁRIO

<b>1. INTRODUÇÃO</b> .....	<b>11</b>
<b>2. HIPÓTESE</b> .....	<b>13</b>
<b>3. JUSTIFICATIVA</b> .....	<b>14</b>
<b>4. OBJETIVO</b> .....	<b>15</b>
4.1 OBJETIVO ESPECÍFICO.....	15
<b>5. METODOLOGIA</b> .....	<b>16</b>
<b>6. RESULTADOS</b> .....	<b>17</b>
6.1 IMPORTÂNCIA DO ALEITAMENTO MATERNO.....	19
6.2 FATORES QUE INFLUENCIAM A DURAÇÃO DA AMAMENTAÇÃO EXCLUSIVA 20	
6.3 DESAFIOS ENFRENTADOS NO RETORNO AO TRABALHO .....	20
6.4 MÃES QUE RETORNAM AO TRABALHO REMUNERADO E MÃES QUE PERMANECEM EM CASA SEM ATIVIDADE REMUNERADA .....	22
6.5 VULNERABILIDADE SOCIAL NA AMAMENTAÇÃO .....	23
<b>7. DISCUSSÃO</b> .....	<b>25</b>
<b>8. CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	<b>27</b>
<b>9. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS</b> .....	<b>28</b>

## 1. INTRODUÇÃO

A amamentação é reconhecida como um dos pilares fundamentais para a saúde infantil, que proporciona benefícios imediatos e a longo prazo, tanto para a criança quanto para a mãe (Amaral, 2020). Apesar dos esforços globais para promover o aleitamento materno, o retorno ao trabalho representa um obstáculo significativo para a manutenção dessa prática. As mães enfrentam dificuldades ao equilibrar suas responsabilidades profissionais com a amamentação, especialmente em contextos de vulnerabilidade social, onde os desafios são agravados pela falta de recursos e apoio adequado.

Neste contexto, compreender os motivos do desmame precoce é essencial para promover o aleitamento materno pelo maior tempo possível, ao considerar diversos fatores socioeconômicos e pessoais. Ao longo da história, o leite materno tem sido a principal fonte de nutrição infantil, mas o avanço da amamentação artificial após o século XX, impulsionado por melhorias na industrialização e esterilização do leite, trouxe novos desafios. Apesar disso, há um reconhecimento renovado dos benefícios da amamentação exclusiva, recomendada por organizações de saúde como a OMS (Organização Mundial de Saúde) e a UNICEF (Fundo das Nações Unidas para a Infância) (Souza; Assunção; Guimarães, 2023).

Desse modo, o desmame precoce ocorre quando um bebê é retirado da sua principal fonte de alimento, antes de atingir os 6 meses de idade, o que representa um obstáculo considerável à saúde pública devido aos efeitos prejudiciais. Fatores como o regresso da mãe ao trabalho e a vulnerabilidade social desempenham um papel crucial na influência desta prática, levando, em última análise, a uma diminuição da duração da amamentação exclusiva (Pereira, 2013).

As mães muitas vezes encontram-se em um momento crítico, quando fazem a transição da maternidade para a reentrada no mercado de trabalho, pois devem navegar no delicado equilíbrio entre as suas responsabilidades profissionais e a amamentação. Esta luta torna-se ainda mais difícil para as mães em situações de vulnerabilidade social, onde circunstâncias como os baixos rendimentos, falta de acesso aos cuidados de saúde e o apoio insuficiente agravam os desafios que enfrentam (Almeida, 2022).

Dessa forma, uma visão abrangente dos desafios e estratégias associados à continuidade do aleitamento materno após o retorno ao trabalho, representa um ponto de crítico que pode afetar negativamente a duração e a continuidade dessa prática. Logo,

existe uma necessidade de abordar estes desafios por meio de intervenções práticas e políticas de suporte. Ao fazê-lo, espera-se contribuir para uma compreensão mais ampla das dificuldades envolvidas na manutenção do aleitamento materno, como também no retorno ao trabalho, a fim de destacar a importância de medidas efetivas para promover a saúde e o bem-estar materno-infantil (Torres, 2019). Além de promover o aleitamento materno pelo maior tempo possível. Consequentemente, diversos fatores são associados a esta prática, incluindo o nível socioeconômico, grau de escolaridade, idade materna, trabalho remunerado, entre outros (Maia, 2016).

Diante da construção desse projeto, indagou-se a seguinte pergunta de pesquisa: “Qual o impacto do regresso materno ao trabalho e da vulnerabilidade social no desmame precoce e na duração da amamentação exclusiva até os 6 meses de vida?”.

## **2. HIPÓTESE**

Tendo em conta os vários fatores socioeconómicos, culturais e pessoais envolvidos nas práticas de amamentação, as mães que regressassem ao trabalho remunerado após o período da licença maternidade apresentam maior probabilidade de interromper precocemente a amamentação exclusiva. Além disso, a vulnerabilidade social caracterizada por condições socioeconômicas adversas, pode exacerbar este efeito, aumentando as barreiras do sucesso da amamentação.

### 3. JUSTIFICATIVA

O aleitamento materno exclusivo nos primeiros seis meses de vida é essencial para a saúde e o pleno desenvolvimento do bebê, proporcionando benefícios nutricionais, imunológicos e emocionais. No entanto, apesar das orientações da Organização Mundial da Saúde (OMS) e de outras organizações de saúde, a prática da amamentação exclusiva continua a ser um desafio para muitas mães, especialmente aquelas que regressam ao trabalho remunerado após o parto e enfrentam situações vulneráveis (Almeida, 2022).

O regresso ao trabalho remunerado coloca frequentemente barreiras logísticas e emocionais à continuação da amamentação exclusiva, tais como a falta de tempo e espaço adequados para extrair e armazenar o leite materno e a necessidade de adaptação à amamentação. ambiente de trabalho. Além disso, as vulnerabilidades sociais caracterizadas por baixos rendimentos, acesso limitado aos serviços de saúde e apoios sociais inadequados podem exacerbar estes desafios, aumentar o stress e a preocupação da mãe e reduzir o seu acesso a recursos e apoio para superar as suas dificuldades (Almeida, 2022).

Portanto, investigar o impacto do retorno materno ao trabalho e da vulnerabilidade social na amamentação exclusiva é fundamental para compreender e abordar as barreiras que as mães enfrentam nesse sentido, com o objetivo de promover a saúde e o bem-estar das mães e dos bebês.

## 4. OBJETIVO

Compreender o impacto do regresso materno ao trabalho antes dos 6 meses de vida do bebê, sob a ótica da vulnerabilidade social.

### 4.1 OBJETIVO ESPECÍFICO

- a) Identificar os principais fatores associados à decisão de desmamar precocemente após o retorno ao trabalho materno;
- b) Explorar as barreiras do trabalho remunerado para manter a amamentação exclusiva até os 6 meses de vida;
- c) Investigar a influência de políticas de licença maternidade e apoio no local de trabalho na duração da amamentação exclusiva após o retorno ao trabalho.

## **5. METODOLOGIA**

Foi realizada uma revisão de literatura narrativa examinando os diversos artigos acadêmicos e documentos na Biblioteca Virtual de Saúde (BVS), incluindo as seguintes bases de dados, como: MEDLINE, LILACS, BDENF – Enfermagem, PUBMED, SCIELO. Utilizaram-se os filtros: Texto Completo, Idioma – português e espanhol; por meio da busca de forma individual, dos seguintes termos: leite materno como melhor alimento; duração do aleitamento materno; retorno ao trabalho; e dificuldade da manutenção do aleitamento materno exclusiva, adicionalmente, foram consultados livros e documentos oficiais. Esta abordagem permitiu obter uma compreensão mais profunda de como o regresso materno ao trabalho afeta estes resultados, tendo em conta fatores como a vulnerabilidade social, incluindo o baixo rendimento, o acesso limitado aos cuidados de saúde e o apoio insuficiente dos familiares.

## 6. RESULTADOS

O aleitamento materno é amplamente reconhecido por seus consideráveis benefícios à saúde infantil e materna, sendo preconizado como exclusivo até o sexto mês de vida da criança e complementado com outros alimentos até os dois anos ou mais. No entanto, mesmo com o conhecimento dessas vantagens, observa-se que a prática do aleitamento materno ainda não atinge os índices recomendados pelas autoridades de saúde em muitos países ao redor do mundo. Esse cenário não se restringe apenas às nações subdesenvolvidas, mas também é observado em países de alto desenvolvimento socioeconômico, como Dinamarca e Holanda (Ramos, 2020).

Diversos são os fatores importantes para o desmame precoce, incluindo mudanças sociais, urbanização, industrialização e estilo de vida. Em países como a Austrália e o Brasil, o retorno ao trabalho após o período de licença-maternidade é apontado como uma das principais barreiras à continuidade da amamentação. Mulheres que trabalham fora de casa enfrentam desafios como a interrupção da rotina de mamadas e a introdução precoce de leites artificiais, muitas vezes devido à baixa produção de leite materno associada ao afastamento da criança (Ramos, 2020).

Conseqüentemente, organizações internacionais, como a OCDE (Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico), têm defendido políticas de licença-maternidade remunerada como forma de apoio às mães na manutenção da amamentação. No Brasil, a legislação atual estabelece uma licença-maternidade mínima de 120 dias, podendo ser prorrogada até 180 dias, com pausas para amamentação previstas na lei. No entanto, muitas mães enfrentam dificuldades para continuar amamentando após o retorno ao trabalho, mesmo com essas proteções legais (Nardi, 2020). Dessa forma, é preciso destacar que conforme o regime de trabalho as mães possuem licença maternidade de 120 dias até 180 dias, além disso dispõem por lei de dois períodos de 30 minutos por dia para amamentação até a criança completar 6 meses de vida.

Os benefícios do aleitamento materno são vastos e vão além da nutrição. Para a criança, contribui para o desenvolvimento cognitivo e emocional, protege contra infecções e melhora o estado nutricional. Para a mãe, fortalece o vínculo afetivo com o filho, protege contra o câncer de mama e diabetes, além de auxiliar na recuperação pós-parto e reduzir os custos com outros alimentos. Logo, a aprendizagem é uma manifestação complexa influenciada por fatores históricos, sociais, culturais e psicológicos. Muitas vezes, valores e

mitos são transmitidos intergeracionalmente, impactando as decisões das mães em relação ao aleitamento. A falta de apoio durante o pré-natal e puerpério, juntamente com a influência de terceiros e a falta de experiência prévia, aumenta a vulnerabilidade ao desmame precoce (Nardi, 2020).

Nesse contexto, o papel dos profissionais de saúde, especialmente dos enfermeiros, é crucial. Eles atuam como facilitadores, fornecendo informações e apoio necessários para promover o aleitamento materno exclusivo e desmistificar práticas e contribuições que melhoram o processo de amamentação (Oliveira, 2017).

Em primeiro lugar, é identificada a presença da vulnerabilidade social que impede a amamentação em escala coletiva, mesmo diante dos conhecidos benefícios dessa prática para a saúde materno-infantil. Essa vulnerabilidade está frequentemente relacionada a lacunas assistenciais nos serviços de saúde, que adotam práticas inadequadas e desalinhadas com as necessidades e realidades das mulheres e suas famílias (Souza; Mello; Ayres, 2013).

Uma das principais barreiras enfrentadas pelas mães é a pressão e culpabilização por parte dos profissionais de saúde e da sociedade em geral. Atitudes impositivas e moralistas reforçam estereótipos culturais que associam a amamentação à maternidade como um dever exclusivo da mulher. Essa abordagem pode sobrecarregar as mães, que frequentemente se veem sozinhas na busca por soluções para os desafios da maternidade, desconsiderando outras possibilidades de lidar com a questão, como a divisão das tarefas domésticas e maternas e a quebra de padrões de gênero (Almeida, 2022).

Ademais, a falta de apoio adequado e compreensivo por parte dos serviços de saúde e da comunidade cria um ambiente de insegurança e culpa em torno da decisão e da prática da amamentação. A culpabilização das mulheres por não amamentar, baseada em interpretações simplistas de estudos epidemiológicos, pode resultar em estigmatização, discriminação e mais vulnerabilidades sociais, afetando negativamente a saúde física e emocional das mães e de seus bebês (Amaral, 2020).

Desse modo, é crucial promover um ambiente de apoio, compreensão e respeito, garantindo que as mulheres e suas famílias tenham acesso aos recursos, informações e suporte necessários para uma decisão autônoma e informada sobre a amamentação. A complexidade das decisões relacionadas à amamentação deve ser reconhecida e valorizada, assegurando que todas as mulheres possam exercer seu direito à maternidade de forma saudável e empoderada (Pereira, 2013).

## 6.1 IMPORTÂNCIA DO ALEITAMENTO MATERNO

O aleitamento materno é uma prática de fundamental importância para a saúde e bem-estar tanto da criança quanto da mãe. Segundo recomendações da OMS, a amamentação exclusiva deve ser mantida até os seis meses de vida do bebê, sendo complementada com outros alimentos até os dois anos ou mais. Esta recomendação é respaldada por uma série de benefícios que o leite materno oferece, como fortalecimento do sistema imunológico da criança, promoção do desenvolvimento cognitivo e emocional, além de contribuir para o vínculo afetivo entre mãe e filho (Lira, 2017).

No entanto, o desmame precoce tem sido uma realidade enfrentada por muitas mulheres, especialmente aquelas que retornam ao trabalho após o período de licença-maternidade. A necessidade de conciliar as responsabilidades profissionais com a amamentação pode se tornar um obstáculo, levando à introdução precoce de leites artificiais e outros alimentos. Esta situação é agravada pela falta de apoio adequado por parte das empresas, que muitas vezes não oferecem condições e espaços adequados para que as mães possam amamentar ou extrair e armazenar o leite materno durante o expediente de trabalho (Lira, 2017).

Diante deste cenário, torna-se evidente a necessidade de intensificar as ações de incentivo à amamentação no ambiente de trabalho. O Ministério da Saúde tem promovido iniciativas nesse sentido, como a Campanha de Apoio à Amamentação nas Empresas, lançada em 2010, e a iniciativa Mulheres Trabalhadoras que amamentam (MTA). Estas ações visam sensibilizar e mobilizar as empresas a adotarem práticas amigáveis à amamentação, proporcionando um ambiente favorável e acolhedor para as mães lactantes (Amaral, 2020).

Contudo, apesar dos esforços do Ministério da Saúde, ainda há um longo caminho a ser percorrido. A adesão das empresas às campanhas e iniciativas de apoio à amamentação ainda é baixa, refletindo a necessidade de uma maior conscientização e engajamento por parte dos empregadores. Além disso, é fundamental que as políticas de incentivo à amamentação sejam integradas a outras ações de promoção da saúde materno-infantil, envolvendo não apenas o ambiente de trabalho, mas também os serviços de saúde, a comunidade e a sociedade como um todo (Amaral, 2020).

Isto posto, para que as taxas de aleitamento materno exclusivo até os seis meses e complementado até dois anos ou mais sejam alcançadas e mantidas, é imprescindível que haja um esforço conjunto e coordenado entre diferentes setores da sociedade. Isso inclui a

capacitação e sensibilização dos profissionais de saúde, a educação e informação das famílias e comunidades, e o comprometimento das empresas em criar ambientes de trabalho que apoiem e valorizem a amamentação (Maia, 2016).

## 6.2 FATORES QUE INFLUENCIAM A DURAÇÃO DA AMAMENTAÇÃO EXCLUSIVA

A duração da amamentação exclusiva é influenciada por uma série de fatores que se entrelaçam no contexto sociocultural em que as mulheres se encontram durante o período pós-parto. Neste contexto, mitos e crenças populares sobre o aleitamento materno desempenham um papel significativo, muitas vezes levando à introdução precoce de outros líquidos, como chás e água. Essas práticas, fundamentadas em equívocos, podem comprometer a oferta de leite materno exclusivo e adequado para o bebê, especialmente nos primeiros meses de vida (Amaral, 2015).

Além disso, as condições de nascimento da criança e os eventos pós-parto podem ter impactos negativos no processo de amamentação. Intercorrências com o neonato foram identificadas como um dos principais motivos que contribuem para a interrupção precoce do aleitamento materno exclusivo (AME). Estas dificuldades, muitas vezes não adequadamente abordadas ou solucionadas, podem resultar em desmame precoce, afetando tanto a saúde da mãe quanto a do bebê (Amaral, 2015).

As rotinas adotadas nas maternidades e o possível despreparo tanto das puérperas quanto dos profissionais de saúde em relação ao aleitamento materno podem ser obstáculos adicionais. A falta de orientação adequada e de suporte no estabelecimento da amamentação pode gerar insegurança e dúvidas, dificultando a continuidade da prática do AME após o parto (Almeida, 2023). Nesse sentido, é essencial que as consultas de pré-natal sejam espaços de problematização e envolvimento da nutriz no autocuidado. Conhecer a realidade sociocultural das mulheres permite aos profissionais de saúde oferecerem orientações e subsídios que fortaleçam a decisão e a capacidade das mães de manterem o aleitamento materno exclusivo, superando mitos e crenças infundadas (Amaral, 2020).

## 6.3 DESAFIOS ENFRENTADOS NO RETORNO AO TRABALHO

O retorno ao trabalho representa um dos principais desafios para as puérperas que desejam manter o aleitamento materno exclusivo. Muitas participantes de estudos longitudinais relataram enfrentar dor e outras dificuldades durante a amamentação, o que está alinhado com os desafios físicos frequentemente associados ao aleitamento. Estes obstáculos podem ser agravados pela falta de preparo das mulheres para lidar com os aspectos negativos da amamentação, uma vez que o foco frequentemente recai sobre os benefícios do aleitamento, sem abordar adequadamente as dificuldades que podem surgir (Almeida, 2023).

A autoeficácia materna, ou seja, a crença da mulher em sua capacidade de amamentar com sucesso, está intimamente relacionada com a duração do aleitamento materno. Assim, é crucial que as mulheres recebam orientações adequadas durante o pré-natal para compreender e antecipar os desafios que poderão enfrentar no retorno ao trabalho. Ao aumentar a autoeficácia materna na resolução de problemas relacionados à amamentação, é possível prolongar a duração do aleitamento materno exclusivo, mesmo diante das adversidades impostas pelo ambiente de trabalho (Almeida, 2023).

No contexto da saúde pública, ainda persistem significativos desafios relacionados ao incentivo ao aleitamento materno. A alta incidência de desmame precoce e o consequente aumento no número de doenças que poderiam ser prevenidas evidenciam a necessidade de ações mais efetivas e abrangentes. O desmame precoce, caracterizado pela introdução de outros alimentos antes dos seis meses de vida do bebê, muitas vezes ocorre de forma abrupta, envolvendo a suspensão total do aleitamento materno, tornando-se um processo contínuo e não apenas um momento isolado na vida da mãe e do bebê (Maia, 2016).

Para as mulheres que trabalham, especialmente aquelas em profissões com rotinas intensas e imprevisíveis, como é o caso da enfermagem, os desafios do retorno ao trabalho podem se manifestar de maneiras distintas. A sobrecarga de trabalho, os turnos, principalmente os noturnos, e as escalas de plantão podem ser consideradas verdadeiras barreiras para o processo de amamentação. A falta de espaços adequados para amamentar ou extrair e armazenar o leite materno, aliada à pressão e às exigências do ambiente de trabalho, pode comprometer a continuidade do aleitamento materno exclusivo (Maia, 2016).

#### 6.4 MÃES QUE RETORNAM AO TRABALHO REMUNERADO E MÃES QUE PERMANECEM EM CASA SEM ATIVIDADE REMUNERADA

A licença-maternidade (LM) no Brasil é uma garantia constitucional que visa proteger a maternidade e combater a discriminação de gênero. A Constituição Federal estabelece um período de até 120 dias de licença com remuneração integral para trabalhadoras registradas, enquanto para servidoras públicas e empresas participantes do Programa Empresa Cidadã (PEC), esse período pode ser estendido para até 180 dias. No entanto, a LM para trabalhadoras informais não é padronizada, o que limita o acesso a esse direito para muitas mulheres, que muitas vezes precisam retornar ao trabalho precocemente para garantir o sustento da família (Salvagni, 2023).

Apesar da existência de legislações protetivas, a maternidade ainda é percebida como uma questão exclusivamente feminina, reforçando desigualdades de gênero, especialmente no que diz respeito aos cuidados com os filhos. O retorno ao trabalho após a licença-maternidade é um momento de transição significativa, pois implica em mudanças tanto na rotina das mães quanto na dinâmica familiar e profissional. Muitas mulheres relatam sentimentos conflitantes, como a valorização pessoal e o prazer nas atividades de trabalho, mas também inseguranças e sentimentos de culpa relacionados aos cuidados com a criança (Salvagni, 2023).

A atualidade é marcada por uma diversidade de posicionamentos das mulheres em relação à maternidade e ao trabalho. Enquanto algumas optam por dedicar-se integralmente à carreira profissional, outras escolhem focar no cuidado com os filhos. Esses diferentes cenários refletem as transformações sociais e culturais que têm ocorrido ao longo do tempo, influenciando as escolhas e as vivências das mulheres na contemporaneidade (Emidio; Castro, 2021).

Historicamente, a conexão entre as características femininas e a função materna limitou a existência das mulheres, relegando-as ao papel de cuidadoras e afastando-as do mundo dos negócios e da esfera pública. Com o surgimento do feminismo e a discussão sobre a liberdade e a igualdade de gênero, iniciou-se um processo de desvinculação da maternidade da identidade feminina, possibilitando uma reflexão mais crítica e consciente sobre as implicações sociais e políticas da maternidade (Emidio; Castro, 2021).

Consequentemente, a história do trabalho feminino é marcada por avanços, retrocessos e permanências, refletindo as transformações sociais, econômicas e culturais pelas quais a sociedade tem passado. A reinserção significativa da mulher no mercado de

trabalho nas últimas décadas representa um avanço importante, mas ainda é necessário superar obstáculos como a conciliação entre trabalho e cuidado com os filhos, a desigualdade salarial e o acesso limitado a benefícios como a licença-maternidade (Ramos, 2020).

## 6.5 VULNERABILIDADE SOCIAL NA AMAMENTAÇÃO

A vulnerabilidade social na amamentação é uma questão complexa que vai além das escolhas individuais, envolvendo aspectos programáticos e práticas de saúde que nem sempre estão alinhados com os benefícios comprovados do aleitamento materno. Muitas vezes, as rotinas dos serviços de saúde adotam práticas que geram vulnerabilidade, partindo de uma visão simplificada e idealizada do ser humano, desconsiderando sua história e cultura. Essas práticas podem limitar o acesso das mulheres aos recursos e informações necessários para uma decisão autônoma e informada sobre a amamentação (Souza; Mello; Ayres, 2013).

Atitudes impositivas por parte dos profissionais de saúde podem reforçar estereótipos culturais que associam a amamentação à maternidade como um dever e responsabilidade exclusivas da mulher. Isso pode levar a um moralismo prejudicial e à culpabilização das mulheres que enfrentam dificuldades ou optam por não amamentar. Essa pressão pode sobrecarregar ainda mais as mães, que muitas vezes tentam resolver os desafios da maternidade dentro dos limites de suas responsabilidades pessoais, sem considerar outras formas de apoio e divisão de tarefas domésticas e maternas (Souza; Mello; Ayres, 2013).

A pressão e o julgamento impostos às mulheres pelos profissionais de saúde podem criar um ambiente de culpa e insegurança, dificultando ainda mais a decisão pela amamentação. É fundamental reconhecer que o sucesso ou fracasso da amamentação não deve recair unicamente sobre os ombros da mãe, desconsiderando outros fatores e apoios disponíveis. A responsabilidade compartilhada e o apoio adequado são essenciais para promover uma experiência positiva e saudável de amamentação (Nardi, 2020).

É importante entender que a vulnerabilidade não é causada por um único agente ou condição, como a idade ou o nível de escolaridade da mãe. As condições físicas, cognitivas, afetivas e comportamentais adquirem significados concretos no contexto vivido e compartilhado, influenciadas pelo ambiente cultural e sociopolítico. Nesse sentido, é

fundamental adotar uma abordagem mais holística e contextualizada, considerando as subjetividades, valores e ações das mulheres no contexto em que vivem (Nardi, 2020).

Em vista disso, os estudos e análises realizados sobre a amamentação revelam uma série de desafios e complexidades que envolvem essa prática essencial para a saúde materno-infantil. Uma das principais questões identificadas é a presença de vulnerabilidades sociais que impedem a prática da amamentação em escala coletiva, apesar de seus conhecidos benefícios. Essas vulnerabilidades estão muitas vezes relacionadas a lacunas assistenciais nos serviços de saúde, que adotam práticas que não estão alinhadas com as necessidades e realidades das mulheres e suas famílias (Souza; Assunção; Guimarães, 2023).

Atitudes impositivas e moralistas por parte dos profissionais de saúde têm o potencial de reforçar estereótipos culturais que associam a amamentação à maternidade como um dever exclusivo da mulher. Essa pressão e culpabilização podem sobrecarregar as mães, que muitas vezes se veem sozinhas na busca por soluções para os desafios da maternidade. Além disso, a falta de um apoio adequado e compreensivo pode criar um ambiente de insegurança e culpa, dificultando ainda mais a decisão e a prática da amamentação (Torres, 2019).

Como também, é crucial reconhecer que a vulnerabilidade na amamentação não é causada por um único fator ou condição. As experiências e decisões das mulheres são influenciadas por uma variedade de fatores físicos, cognitivos, afetivos e socioculturais, que adquirem significados concretos no contexto vivido e compartilhado. Portanto, é fundamental adotar uma abordagem mais holística e contextualizada, que considere as subjetividades, valores e ações das mulheres no contexto em que vivem (Souza; Mello; Ayres, 2013).

## 7. DISCUSSÃO

A educação é extremamente reconhecida como uma prática crucial para a saúde infantil e materna, proporcionando benefícios tanto para o bebê quanto para a mãe (Amaral, 2020). Apesar das evidências sólidas que sustentam esses benefícios, a prática de amamentação exclusiva até os seis meses de idade enfrenta desafios substanciais, especialmente quando as mães retornam ao trabalho (Souza; Assunção; Guimarães, 2023). O retorno ao trabalho é um fator crítico que influencia o desmame precoce, um problema de saúde pública com implicações consideráveis para a saúde materno-infantil (Pereira, 2013).

Uma revisão de literatura revelou que, embora a amamentação seja promovida globalmente, muitos países, tanto desenvolvidos quanto em desenvolvimento, não conseguem atingir os índices recomendados de aleitamento materno exclusivo (Ramos, 2020). Esse cenário reflete a complexidade do equilíbrio entre as responsabilidades profissionais e a amamentação, um desafio exacerbado em contextos de vulnerabilidade social. A falta de recursos e apoio intensifica as dificuldades enfrentadas pelas mães, levando muitas vezes à introdução precoce de leites artificiais e à interrupção da amamentação (Nardi, 2020; Almeida, 2022).

A legislação vigente, que prevê licença-maternidade e pausas para amamentação, é um passo importante para apoiar as mães. No entanto, muitas mães ainda enfrentam dificuldades para manter a amamentação exclusiva, mesmo com essas proteções legais (Nardi, 2020). O retorno ao trabalho representa uma barreira significativa, muitas vezes resultando em uma interrupção das rotinas de amamentação e uma menor produção de leite materno (Ramos, 2020). Esses são particularmente graves em contextos de vulnerabilidade social, onde os baixos rendimentos, o acesso limitado aos cuidados de saúde e o apoio inadequado agravam as dificuldades enfrentadas pelas mães.

Além dos desafios estruturais e socioeconômicos, uma revisão destacou a importância do apoio social e da compreensão cultural no contexto da amamentação. A pressão e a culpabilização das mães por parte dos profissionais de saúde e da sociedade em geral direcionadas para um ambiente adverso, que pode comprometer a saúde física e emocional das mulheres e de seus bebês (Souza; Mello; Ayres, 2013; Almeida, 2022). A falta de apoio adequado e a presença de julgamentos moralistas reforçam estereótipos e

criam barreiras adicionais para a manutenção da amamentação, evidenciando a necessidade de uma abordagem mais abrangente e empática.

Portanto, é essencial promover transformações significativas nos sistemas de saúde e nas práticas socioculturais relacionadas à amamentação. Adotar abordagens mais humanizadas e contextualizadas nos serviços de saúde pode ajudar a enfrentar as vulnerabilidades sociais e a apoiar as mães na manutenção da amamentação (Pereira, 2013). A criação de redes de apoio comunitário, a oferta de educação e adequada sobre a amamentação e a promoção da redistribuição das responsabilidades domésticas são fundamentais para garantir que as mulheres possam tomar decisões informadas e autônomas sobre a amamentação (Amaral, 2020). As práticas e políticas devem ser revisadas para refletir uma compreensão mais inclusiva da maternidade, acompanhando a diversidade de experiências das mulheres e combatendo estigmas e preconceitos que limitam o exercício dos direitos maternos.

Em suma, para melhorar a taxa de amamentação exclusiva e promover a saúde materno-infantil, é necessário um esforço conjunto que inclua mudanças nas políticas de saúde, apoio social, e uma maior conscientização sobre a importância da amamentação e os desafios enfrentados pelas mães. Garantir que todas as mulheres tenham acesso aos recursos e suporte necessários é essencial para promover uma maternidade saudável e empoderada.

## 8. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante da construção desse projeto, é notório a necessidade de transformações significativas nos sistemas de saúde e nas práticas socioculturais que envolvem a amamentação. A amamentação é mais do que uma simples prática de alimentação; é um ato complexo que envolve aspectos físicos, emocionais, culturais e sociais. Portanto, é fundamental que os serviços de saúde adotem abordagens mais humanizadas, respeitadas e contextualizadas, considerando as experiências individuais das mulheres e suas famílias.

É crucial reconhecer e combater as vulnerabilidades sociais que impedem a amamentação em escala coletiva. Isso inclui a identificação e problematização de lacunas assistenciais, a promoção de práticas de saúde mais inclusivas e o combate ao moralismo e à culpabilização das mulheres. A pressão e os julgamentos impostos sobre as mães que enfrentam desafios na amamentação contribuem para a criação de um ambiente desfavorável, que pode comprometer a saúde física e emocional das mulheres e de seus bebês. Também é essencial promover uma cultura de apoio, informação e empoderamento para as mulheres e suas famílias. Isso envolve a criação de redes de suporte comunitário, a oferta de educação e orientação adequadas sobre amamentação e maternidade, e o reconhecimento da importância da redivisão das responsabilidades domésticas e maternas entre os membros da família. As mulheres devem ser encorajadas e capacitadas a fazer escolhas informadas e autônomas sobre a amamentação, sem sentir-se culpadas ou inadequadas por suas decisões.

As práticas de saúde e os discursos sociais em torno da amamentação devem ser revisados e atualizados para refletir uma compreensão mais ampla e inclusiva da maternidade e da parentalidade. Isso inclui o reconhecimento da diversidade de experiências e realidades das mulheres, a valorização das subjetividades e valores individuais, e o combate aos estigmas, preconceitos e barreiras que impedem as mulheres de exercerem seus direitos à maternidade de forma saudável, informada e empoderada.

Assim, ressalta-se que a amamentação é um direito humano fundamental, que deve ser protegido, respeitado e apoiado em todas as suas formas e contextos. As políticas de saúde e as práticas sociais devem ser orientadas por princípios de justiça, igualdade, dignidade e respeito pelos direitos das mulheres, garantindo que todas as mulheres tenham acesso aos recursos, informações e suporte necessários para amamentar de forma saudável, segura e satisfatória.

## 9. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Almeida, L. M. N. et al. A Influência do Retorno ao Trabalho no Aleitamento Materno de Trabalhadoras da Enfermagem. **Escola Anna Nery**, v. 26, 2022. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ean/a/Xb86bVVvyYvddwnbkSQyrMj/>. Acesso em: 15/03/2024.
- Almeida, L. M. N. et al. Continuar a Amamentação no Retorno ao Trabalho: Sentimentos, Desafios e Estratégias de Enfermeiras Lactantes. **Revista Gaúcha de Enfermagem**, v. 44, p. e20230075, 24 nov. 2023. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rgenf/a/TRYbSwKhJHDbLSfbRTBHbhD/?lang=pt>. Acesso em: 12/03/2024.
- Amaral, L. J. X. et al. Fatores que Influenciam na Interrupção do Aleitamento Materno Exclusivo em Nutrizes. **Revista Gaúcha de Enfermagem**, v. 36, n. spe, p. 127–134, 2015. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rgenf/a/GLNtrQ44qJvTGyGvYvNPBvf/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 13/02/2024.
- Amaral, S. A. DO et al. Intenção de Amamentar, Duração do Aleitamento Materno e Motivos para o Desmame: Um Estudo de Coorte, Pelotas, RS, 2014. **Epidemiol. serv. saúde**, p. e2019219–e2019219, 2020. Disponível em: <https://pesquisa.bvsalud.org/portal/resource/pt/biblio-1090257>. Acesso em: 12/03/2024.
- Emidio, T. S.; Castro, M. F. De. Entre Voltas e (Re)voltas: um Estudo sobre Mães que abandonam a Carreira Profissional. **Psicologia: Ciência e Profissão**, v. 41, 2021. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pcp/a/zdZtjkD3qv6cxzJmTKRxcyh/>. Acesso em: 19/03/2024.
- Lira, E. L. B. et al. Fatores Responsáveis pela Interrupção Precoce da Amamentação: Uma Revisão Integrativa. **Revista Interdisciplinar de Estudos em Saúde**, 2017. Disponível em: <https://periodicos.uniarp.edu.br/index.php/ries/article/view/1043>. Acesso em: 15/03/2024.
- Maia, L. L. **Universidade do Estado do Rio De Janeiro Universidade Aberta Do Sus**. Especialização em Saúde da Família. 2016. Disponível em: <https://ares.unasus.gov.br/acervo/html/ARES/7965/1/L%C3%ADvia%20Maia%20Lopes.pdf>. Acesso em: 12/03/2024.
- Nardi, A. L. et al. Impacto dos Aspectos Institucionais no Aleitamento Materno em Mulheres Trabalhadoras: Uma Revisão Sistemática. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 25, n. 4, p. 1445–1462, abr. 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csc/a/MQbXR6FWKP8Fk8L55Ysxb4m/?lang=pt>. Acesso em: 25/02/2024.
- Oliveira, A. K. P. et al. Práticas e Crenças Populares Associadas ao Desmame Precoce. **Avances en Enfermería**, v. 35, n. 3, 1 set. 2017. Disponível em: [http://www.scielo.org.co/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0121-](http://www.scielo.org.co/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0121-)

45002017000300303&lng=en.<http://dx.doi.org/10.15446/av.enferm.v35n3.6254>. Acesso em: 21/01/2024.

Pereira, F. A. F. Fatores Associado ao Desmame Precoce Entre Mulheres Trabalhadoras. **Repositorio.unifesp.br**, 28 ago. 2013. Disponível em: <https://repositorio.unifesp.br/items/3414e3f1-3a60-44e5-8a3b-ff17a4eb5ab8>. Acesso em: 15/03/2024.

Ramos Pinto, K. C. De L. et al. Prevalência do Desmame Precoce e suas Principais Causas. **Brazilian Journal of Health Review**, v. 3, n. 1, p. 717–728, 2020. <https://ojs.brazilianjournals.com.br/ojs/index.php/BJHR/article/view/6597/5816>. Acesso em: 16/03/2024.

Salvagni, J. et al. Maternidade e Mercado de Trabalho: A Trajetória das Mulheres no desenvolvimento de Carreiras. **Revista Confluências**, Niterói/RJ. Volume 25, N. 1, Abril de 2023. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/confluencias/article/download/57084/33967/203159>. Acesso em: 19/03/2024.

Souza, B. S. De; Assunção, E. G.; Guimarães, G. C. Fatores Associados Ao Desmame Precoce No Contexto Brasileiro. **Saberes Plurais Educação na Saúde**, v. 7, n. 2, p. e133427–e133427, 6 out. 2023. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/saberesplurais/article/view/133427#:~:text=O%20desmame%20precoce%2C%20que%20corresponde,estando%20relacionado%20com%20fatores%20sociais%2C>. Acesso em: 13/03/2024.

Souza, S. N. D. H. De; Mello, D. F. De; Ayres, J. R. De C. M. O Aleitamento Materno na Perspectiva da Vulnerabilidade Programática e do Cuidado. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 29, n. 6, p. 1186–1194, jun. 2013. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csp/a/JxCGcDPjXGSKmtxRNMn5wLt/?lang=pt>. Acesso em: 19/03/2024.

Torres, F. C. A. et al. Manutenção do Aleitamento Materno no Retorno ao Trabalho. **Nursing (São Paulo)**, p. 3047–3077, 2019. Disponível em: <https://pesquisa.bvsalud.org/portal/resource/pt/biblio-1025938>. Acesso em: 12/03/2024.